

Comentário à sentença de Mons. Francisco Viscome de 6 de novembre de 2020

*Commentary on the sentence of Mons. Francisco Viscome,
November 6, 2020*

Vincenzo Fasano¹

Português

O matrimônio não é uma união qualquer entre pessoas humanas, susceptível de ser configurada de acordo uma pluralidade de modelos culturais. O homem e a mulher encontram em si mesmos a inclinação natural para se unir conjugalmente. Mas o matrimônio, como observa muito bem S. Tomás de Aquino, é natural não porque é causado pela necessidade dos princípios naturais, mas enquanto realidade para a qual a natureza inclina, mas que é completada mediante o livre arbítrio (*Summa Theol. Suppl.*, q. 41, a. 1, in c.). Por conseguinte, toda a oposição entre natureza e liberdade, entre natureza e cultura é totalmente errônea. Desta maneira, à luz do matrimônio como realidade natural, compreende-se com facilidade a índole natural da capacidade de se contrair um matrimônio: «*Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur*» (cân. 1058, CIC; cân. 778, CCIO). Nenhuma interpretação das normas sobre a incapacidade de consentimento (cf. cân. 1095, CIC; cân. 818, CCIO) seria justa, se, na prática, tornasse vão esse princípio: «*Ex intima hominis natura -afirma Cícero- haurienda est iuris disciplina*» (Cícero, *De Legibus*, II) [Sentença, § 3].

¹ Professor da Faculdade de Direito Canônico da Universidade São Tomás de Aquino in Urbe, Advogado do Tribunal Apostólico da Rota Romana, Postulador para as Causas dos Santos e Advogado nos Tribunais do Estado da Cidade do Vaticano (Tribunal, Corte de Apelo e Cassação).

Origina-se o matrimônio do consentimento entre pessoas hábeis por direito, legitimamente manifestado. Ele é o ato humano da vontade pelo qual o homem e a mulher, por pacto irrevogável, se entregam e recebem mutuamente, a fim de constituírem o matrimônio (cf. can. 1057, CIC). De fato, Santo Tomás de Aquino recorda que: «Das ações feitas pelo homem só se chamam propriamente humanas as que lhe são próprias, enquanto homem. Ora, este difere das criaturas irracionais por ser senhor dos seus atos. Por onde, chamam-se propriamente ações humanas só aquelas de que o homem é senhor. Ora, senhor das suas ações o homem o é pela razão e pela vontade, sendo por isso o livre arbítrio chamado a “faculdade da vontade e da razão”. Portanto, chamam-se ações propriamente humanas as procedentes da vontade deliberada; e se há outras que convêm ao homem, essas podem, por certo, chamar-se ações do homem, mas não propriamente humanas, pois não procedem dele como tal. Ora, é manifesto que todas as ações procedentes de uma potência são por esta causadas, quanto à essência do objeto mesmo delas. E como o objeto da vontade é o fim e o bem, necessário é que tendam todas as ações humanas para um fim» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., em Santo Tomás de Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentença, § 4].

O cân. 1095 do Código de Direito Canônico prevê que «São incapazes de contrair matrimônio: 1º. os que carecem do uso suficiente da razão; 2º. os que sofrem de defeito grave de discrição do juízo acerca dos direitos e deveres essenciais do matrimônio, que se devem dar e receber mutuamente; 3º. os que por causas de natureza psíquica não podem assumir as obrigações essenciais do matrimônio». A Igreja e, por conseguinte, a lei canônica reconhecem a todo o homem a faculdade de contrair matrimônio (cf. cân. 1058, CIC); uma faculdade, entretanto, que só pode ser exercida por aqueles «qui iure non prohibentur». Tais são, em primeiro lugar, aqueles que têm uma suficiente maturidade psíquica no duplice componente intelectual e volitivo, juntamente com a capacidade de cumprir os ônus essenciais da instituição matrimonial (cf. cân. 1095). A este propósito, é oportuno recordar ainda algumas distinções que traçam a linha de demarcação antes de tudo entre «uma maturidade psíquica que seria o ponto de chegada do desenvolvimento

humano», e «a maturidade canônica, que é, ao contrário, o ponto mínimo de partida para a validade do matrimônio» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, in *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457); em segundo lugar, entre incapacidade e dificuldade, enquanto «só a incapacidade, e não a dificuldade de prestar consentimento e para realizar uma verdadeira comunidade de vida e de amor, torna nulo o matrimônio» (ibid., n. 7, p. 1457); em terceiro lugar, entre a dimensão canônica da normalidade, que inspirando-se na visão integral da pessoa humana, «inclui também formas moderadas de dificuldade psicológica», e a dimensão clínica que exclui do conceito dela qualquer limite de maturidade e «toda a forma de psicopatologia» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi ineunte, in *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181); por fim, entre a «capacidade mínima, suficiente para um válido consentimento» e a capacidade idealizada «de uma plena maturidade no que diz respeito a uma vida conjugal feliz» (ibid., n. 9, p. 1183) [Sentença, §§ 5-7].

Para que o juiz atinja a certeza moral prevista no cân. 1608 § 1 CIC, entre os vários meios de prova disponíveis, um papel fundamental pertence ao perito, cuja tarefa é detectar a condição psíquica das partes no momento do matrimônio, por meio das teorias e metodologias típicas da disciplina própria, e de acordo com uma antropologia cristã saudável [Sentença, § 8].

Italiano

Il matrimonio non è una qualsiasi unione tra persone umane, suscettibile di essere configurata secondo una pluralità di modelli culturali. L'uomo e la donna trovano in se stessi l'inclinazione naturale ad unirsi coniugalmente. Ma il matrimonio, come ben precisa San Tommaso d'Aquino, è naturale non perché causato per necessità dai principi naturali, bensì in quanto è una realtà a cui la natura inclina, ma che è compiuta mediante il libero arbitrio (*Summa Theol. Suppl.*, q. 41, a. 1, in c.). È, pertanto, altamente fuorviante ogni contrapposizione tra natura e libertà, tra natura e cultura. Così, alla luce del matrimonio quale realtà naturale, si coglie facilmente l'indole naturale della capacità

per sposarsi: «Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur» (can. 1058 CIC; can. 778 CCEO). Nessuna interpretazione delle norme sull'incapacità consensuale (cf. can. 1095 CIC; can. 818 CCEO) sarebbe giusta se rendesse in pratica vano quel principio: «Ex intima hominis natura - afferma Cicerone - haurienda est iuris disciplina» (Cicerone, *De Legibus*, II) [Sentenza, § 3].

L'atto che costituisce il matrimonio è il consenso delle parti manifestato legittimamente tra persone giuridicamente abili. Esso è un atto umano della volontà con cui l'uomo e la donna, con patto irrevocabile, danno e accettano reciprocamente se stessi per costituire il matrimonio (cf. can. 1057 C.I.C.). San Tommaso d'Aquino ricorda infatti che: «Tra le azioni che l'uomo compie sono dette umane in senso stretto soltanto quelle compiute dall'uomo in quanto uomo. Ora, l'uomo si distingue dalle altre creature non razionali perché è padrone dei propri atti. Quindi, in senso stretto, si dicono umane le sole azioni di cui l'uomo ha la padronanza. D'altra parte l'uomo è padrone dei suoi atti mediante la ragione e la volontà: infatti si dice che il libero arbitrio è “una facoltà della volontà e della ragione”. Quindi propriamente sono denominate umane le azioni che procedono da una volontà deliberata. Le altre azioni invece che vengono attribuite all'uomo potranno essere dette azioni dell'uomo, ma non azioni umane in senso proprio, non appartenendo esse all'uomo in quanto uomo. - Ora, tutti gli atti che procedono da una data facoltà ne derivano secondo la ragione formale del suo oggetto. Ma l'oggetto della volontà è il fine e il bene. Quindi è necessario che tutte le azioni umane siano per un fine» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., in San Tommaso d'Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentenza, § 4].

Il can. 1095 del Codice di diritto canonico prevede che «Sono incapaci a contrarre matrimonio: 1) coloro che mancano di sufficiente uso di ragione; 2) coloro che difettano gravemente di discrezione di giudizio circa i diritti e i doveri matrimoniali essenziali da dare e accettare reciprocamente; 3) coloro che per cause di natura psichica, non possono assumere gli obblighi essenziali del matrimonio». La Chiesa e, conseguentemente, la legge canonica riconoscono ad ogni uomo la facoltà di contrarre matrimonio (cf. can. 1058); una facoltà, tuttavia,

che può, essere esercitata soltanto da coloro «qui iure non prohibentur». Tali sono, in primo luogo, coloro che hanno una sufficiente maturità psichica nella duplice componente intellettuale e volitiva, insieme con la capacità di adempiere gli oneri essenziali dell'istituto matrimoniale (cf. can. 1095). Al riguardo, è opportuno ricordare ancora alcune distinzioni che tracciano la linea di demarcazione innanzitutto tra «una maturità psichica che sarebbe il punto d'arrivo dello sviluppo umano», e «la maturità canonica, che è invece il punto minimo di partenza per la validità del matrimonio» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, in *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457); in secondo luogo, tra incapacità e difficoltà, in quanto «solo l'incapacità, e non già la difficoltà a prestare il consenso e a realizzare una vera comunità di vita e di amore, rende nullo il matrimonio» (ibid., n. 7, p. 1457); in terzo luogo, tra la dimensione canonistica della normalità, che ispirandosi alla visione integrale della persona umana, «comprende anche moderate forme di difficoltà psicologica», e la dimensione clinica che esclude dal concetto di essa ogni limitazione di maturità e «ogni forma di psicopatologia» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi ineunte, in *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181); infine, tra la «capacità minima, sufficiente per un valido consenso» e la capacità idealizzata «di una piena maturità in ordine ad una vita coniugale felice» (ibid., n. 9, p. 1183) [Sentenza, §§ 5-7].

Affinché il giudice possa pervenire alla certezza morale prevista dal can. 1608, § 1, C.I.C., fra i diversi mezzi di prova a sua disposizione, un ruolo fondamentale spetta al perito, il cui compito è di rilevare la condizione psichica delle parti al momento della celebrazione del matrimonio, tramite le teorie e le metodologie tipiche della propria disciplina, e secondo una sana antropologia cristiana [Sentenza, § 8].

Français

Le mariage n'est pas une union quelconque entre personnes humaines, susceptible de prendre la forme d'une pluralité de modèles culturels. L'homme et la femme trouvent en eux-mêmes l'inclination naturelle à s'unir conjugalement. Mais le mariage, comme le précise

saint Thomas d'Aquin, est naturel, non parce qu'il est causé par une nécessité dérivant des principes naturels, mais bien en tant que réalité vers laquelle la nature tend, mais qui est accomplie à travers le libre arbitre (*Summa Theol. Suppl.*, q. 41, a. 1, in c.). Toute opposition entre nature et liberté, entre nature et culture est donc profondément déviante. Ainsi, à la lumière du mariage en tant que réalité naturelle, on saisit facilement le caractère naturel de la capacité nécessaire pour se marier: « *Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur* » (can. 1058 CDC; can. 778 CCEO). Aucune interprétation des normes sur l'incapacité de consentement (cf. can 1095 CDC; can. 818 CCEO) ne serait juste si elle rendait ce principe vain en pratique: « *Ex intima hominis natura -affirme Cicéron- haurienda est iuris disciplina* » (Cicéron, *De Legibus*, II) [Sentence, § 3].

C'est le consentement des parties légitimement manifesté entre personnes juridiquement capables qui fait le mariage. Il est l'acte humaine de la volonté par lequel un homme et une femme se donnent et se reçoivent mutuellement par une alliance irrévocable pour constituer le mariage (cf. can. 1057 CIC). Saint Thomas d'Aquin rappelle en effet que: « Parmi les actions accomplies par l'homme, celles-là seules sont appelées proprement "humaines" qui appartiennent en propre à l'homme selon qu'il est homme. Et l'homme diffère des créatures privées de raison en ce qu'il est maître de ses actes. D'où il suit qu'il faut appeler proprement humaines les seules actions dont l'homme est le maître. Mais c'est par sa raison et sa volonté que l'homme est le maître de ses actes, ce qui fait que le libre arbitre est appelé "une faculté de la volonté et de la raison". Il n'y a donc de proprement humaines que les actions qui procèdent d'une volonté délibérée. S'il est d'autres actions qui conviennent à l'homme, on pourra les appeler des actions de l'homme, mais non pas des actions proprement humaines, puisqu'elles ne procèdent pas de l'homme en tant qu'homme. Or, il est manifeste que toute action procédant d'une puissance est produite par cette puissance selon le caractère de son objet et l'objet de la volonté c'est la fin et le bien. Il est donc nécessaire que toutes les actions humaines soient faites pour une fin » (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., en Saint Thomas d'Aquin, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentence, § 4].

Le can. 1095 du Code de droit canonique prévoit que «Sont incapables de contracter mariage les personnes: 1° qui n'ont pas l'usage suffisant de la raison ; 2° qui souffrent d'un grave défaut de discernement concernant les droits et les devoirs essentiels du mariage à donner et à recevoir mutuellement; 3° qui pour des causes de nature psychique ne peuvent assumer les obligations essentielles du mariage». L'Eglise et, en conséquence, la loi canonique reconnaissent à tout homme la faculté de contracter mariage (cf. can. 1058 CIC) : une faculté cependant qui ne peut être exercée que par ceux «qui iure non prohibentur». Ceux-là sont, en premier lieu, ceux qui ont une maturité psychique suffisante quant à sa double composante : intelligence et volonté, en même temps que la capacité d'accomplir les devoirs essentiels de l'institution matrimoniale (cf. can. 1095 CIC). A cet égard, il est opportun de rappeler encore quelques distinctions qui tracent la ligne de démarcation tout d'abord entre «une maturité psychique qui serait le point d'arrivée du développement humain», et «la maturité canonique, qui est par contre le point minimum de départ pour la validité du mariage» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, en *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457); en deuxième lieu, entre les incapacités et les difficultés, dans la mesure où «seule l'incapacité et non pas la difficulté à donner son assentiment et à réaliser une vraie communauté de vie et d'amour rend nul le mariage» (*ibid.*, n. 7, p. 1457); en troisième lieu, entre la dimension canonique de la normalité, qui s'inspirant de la vision intégrale de la personne humaine «comprend également des formes modérées de difficultés psychologiques», et la dimension clinique qui exclut du concept de celle-ci toute limitation de maturité et «toute forme de psychopathologie» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi ineunte, en *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181); enfin, entre la «capacité minimum, suffisante pour un assentiment valable» et la capacité idéalisée «d'une pleine maturité en vue d'une vie conjugale heureuse» (*ibid.*, n. 9, p. 1183) [Sentence, §§ 5-7].

Pour que le juge atteigne la certitude morale prévue au can. 1608, § 1, C.I.C., parmi les divers moyens de preuve à sa disposition, un rôle fondamental incombe à l'expert, chargé de détecter l'état psychique des

parties au moment de la célébration du mariage, à travers les théories et les méthodologies typiques de leur discipline, et selon une anthropologie chrétienne saine [Sentence, § 8].

Español

El matrimonio no es una unión cualquiera entre personas humanas, susceptible de configurarse según una pluralidad de modelos culturales. El hombre y la mujer encuentran en sí mismos la inclinación natural a unirse conyugalmente. Pero el matrimonio, como precisa muy bien santo Tomás de Aquino, es natural no por ser causado necesariamente por los principios naturales, sino por ser una realidad a la que inclina la naturaleza, pero que se realiza mediante el libre arbitrio (*Summa Theol. Suppl.*, q. 41, a. 1, in c.). Por tanto, es sumamente tergiversadora toda contraposición entre naturaleza y libertad, entre naturaleza y cultura. Así, a la luz del matrimonio como realidad natural, se capta fácilmente la índole natural de la capacidad para casarse: «*Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur*» (c. 1058 CDC; c. 778 CCEO). Ninguna interpretación de las normas sobre la incapacidad consensual (cf. c. 1095 CDC; c. 818 CCEO) sería justa si en la práctica no reconociera ese principio: «*Ex intima hominis natura - afirma Cicerón - haurienda est iuris disciplina*» (Cicerón, *De Legibus*, II) [Sentencia, § 3].

El matrimonio lo produce el consentimiento de las partes legítimamente manifestado entre personas jurídicamente capaces, tal consentimiento es el acto humano de la voluntad, por el cual el varón y la mujer se entregan y aceptan mutuamente en alianza irrevocable para constituir el matrimonio (cf. can. 1057 CIC). De hecho, Santo Tomás de Aquino recuerda que: «De entre las acciones que el hombre realiza, solo pueden considerarse propiamente humanas aquellas que son propias del hombre en cuanto que es hombre. El hombre se diferencia de las criaturas irracionales en que es dueño de sus actos. Por eso, solo aquellas acciones de las que el hombre es dueño pueden llamarse propiamente humanas. El hombre es dueño de sus actos mediante la razón y la voluntad; así, se define el libre albedrío como facultad de la voluntad y de la razón. Llamamos, por tanto, acciones propiamente humanas a las que proceden de una voluntad deliberada. Las demás acciones que se

atribuyen al hombre pueden llamarse del hombre, pero no propiamente humanas, pues no pertenecen al hombre en cuanto que es hombre. Ahora bien, todas las acciones que proceden de una potencia son causadas por ella en razón de su objeto. Pero el objeto de la voluntad es el bien y el fin. Luego es necesario que todas las acciones humanas sean por un fin» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., en Santo Tomás de Aquino, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentencia, § 4].

El can. 1095 del Código de Derecho Canónico establece que «Son incapaces de contraer matrimonio: 1) quienes carecen de suficiente uso de razón; 2) quienes tienen un grave defecto de discreción de juicio acerca de los derechos y deberes esenciales del matrimonio que mutuamente se han de dar y aceptar; 3) quienes no pueden asumir las obligaciones esenciales del matrimonio por causas de naturaleza psíquica». La Iglesia y, por consiguiente, la ley canónica, reconocen a todos la facultad de contraer matrimonio (cf. can. 1058 CIC); pero esa facultad sólo la pueden ejercer «qui iure non prohibentur». Éstos son, en primer lugar, los que tienen suficiente madurez psíquica, en su doble componente: intelectual y volitivo, además de la capacidad de cumplir las obligaciones esenciales de la institución matrimonial (cf. can. 1095). Al respecto, conviene recordar una vez más algunas distinciones que trazan la línea de demarcación ante todo entre «una madurez psíquica, que sería el punto de llegada del desarrollo humano», y la «madurez canónica, que es en cambio el punto mínimo de partida para la validez del matrimonio» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, en *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457); en segundo lugar, entre incapacidad y dificultad, en cuanto que «sólo la incapacidad, y no simplemente la dificultad para prestar el consentimiento y para realizar una verdadera comunidad de vida y de amor, hace nulo el matrimonio» (ibid., n. 7, p. 1457); en tercer lugar, entre la dimensión canónica de la normalidad, que inspirándose en la visión integral de la persona humana, «comprende también moderadas formas de dificultad psicológica», y la dimensión clínica que excluye del concepto de la misma toda limitación de madurez y «toda forma de psicopatología» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi

ineunte, en *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181); por último, entre la «capacidad mínima, suficiente para un consentimiento válido», y la capacidad idealizada «de una plena madurez en orden a una vida conyugal feliz» (ibid., n. 9, p. 1183) [Sentencia, §§ 5-7].

Para que el juez alcance la certeza moral prevista en el can. 1608, § 1, CIC, entre los diversos medios de prueba a su disposición, un papel fundamental corresponde al experto, cuya tarea es detectar la condición psíquica de las partes en el momento del matrimonio, a través de las teorías y metodologías típicas de su propia disciplina, y de acuerdo con una sana antropología cristiana [Sentencia, § 8].

English

Marriage is not just any union between human persons that can be formed according to a variety of cultural models. Man and woman experience in themselves the natural inclination to be joined in marriage. But marriage, as St Thomas states so clearly, is natural not because it results by necessity from natural principles, but because it is a reality to which one is inclined by nature, although it comes about through free will (*Summa Theol.*, Suppl., q. 41, a. 1, in c.). Any opposition, therefore, between nature and freedom or between nature and culture is extremely misleading. Thus, in the light of marriage as a natural reality we can easily grasp the natural character of the capacity to marry: «*Omnes possunt matrimonium contrahere, qui iure non prohibentur*» (can. 1058 CIC; can. 778 CCEO). No interpretation of the norms on the incapacity for consent (cf. can. 1095 CIC; can. 818 CCEO) would be correct if it were to make that principle useless in practice: «*Ex intima hominis natura -Cicero said- haurienda est iuris disciplina*» (Cicero, *De Legibus*, II) [Sentence, § 3].

A marriage is brought into being by the lawfully manifested consent of persons who are legally capable. This consent is an human act of will by which a man and a woman by an irrevocable covenant mutually give and accept one another for the purpose of establishing a marriage (cf. can. 1057 CIC). In fact, St. Thomas Aquinas recalls that: «Of actions done by man those alone are properly called “human”, which are proper to man as man. Now man differs from irrational animals in this, that

he is master of his actions. Wherefore those actions alone are properly called human, of which man is master. Now man is master of his actions through his reason and will; whence, too, the free-will is defined as “the faculty and will of reason”. Therefore those actions are properly called human which proceed from a deliberate will. And if any other actions are found in man, they can be called actions “of a man”, but not properly “human” actions, since they are not proper to man as man. Now it is clear that whatever actions proceed from a power, are caused by that power in accordance with the nature of its object. But the object of the will is the end and the good. Therefore all human actions must be for an end» (cf. *Summa Theologica*, I-IIae, q. 1, a. 1, Resp., in St. Thomas Aquinas, *La somma teologica*, Bologna, 1984, p. 39) [Sentence, § 4].

The can. 1095 of the Code of Canon Law provides that «The following are incapable of contracting marriage: 1° those who lack sufficient use of reason; 2° those who suffer from a grave lack of discretionary judgement concerning the essential matrimonial rights and obligations to be mutually given and accepted; 3° those who, because of causes of a psychological nature, are unable to assume the essential obligations of marriage». The Church and, consequently, canon law recognize that every person has the possibility of contracting marriage (cf. can. 1058 CIC); a possibility, however, which can only be exercised by those «qui iure non prohibentur». The latter are, first of all, those who have sufficient psychological maturity of intellect and will, along with the ability to fulfil the essential obligations of the marital institution (cf. can. 1095 CIC). In this regard it is helpful to recall several clear-cut distinctions. First of all, the distinction between «the psychic maturity which is seen as the goal of human development» and, on the other hand, «the canonical maturity which is the basic minimum required for establishing the validity of marriage» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Rotae romanae auditores coram admissos*, en *Acta Apostolicae Sedis* [1987], n. 6, p. 1457). Second, the distinction between incapacity and difficulty, inasmuch as «incapacity alone, and not difficulty in giving consent and in realizing a true community of life and love, invalidates a marriage» (ibid., n. 7, p. 1457). Third, the distinction between the canonical approach to normality, which, based on an integral vision of

the human person, «also includes moderate forms of psychological difficulty», and the clinical approach, which excludes from the concept of normality every limitation of maturity and «every form of psychic illness» (Ioannes Paulus PP. II, *Ad Romanae Rotae Auditores simul cum officialibus et advocatis coram admissos*, anno forensi ineunte, en *Acta Apostolicae Sedis* [1988], n. 5, p. 1181). And finally, the distinction between the «minimum capacity sufficient for valid consent» and the ideal capacity «of full maturity in relation to happy married life» (ibid., n. 9, p. 1183) [Sentence, §§ 5-7].

So that the judge can reach the moral certainty provided for in can. 1608, § 1, CIC, among the various means of proof at his disposal, a fundamental role pertains to the expert, whose task is to detect the psychic condition of the parties at the time of the marriage, through the theories and methodologies typical of their own discipline, and according to a healthy Christian anthropology [Sentence, § 8].